



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**SIDNÉIA DOS SANTOS SIMÕES**

**EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSE: ENTRE A CIDADANIA E A  
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Salvador  
2009

**SIDNÉIA DOS SANTOS SIMÕES**

**EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSE: ENTRE A CIDADANIA E A  
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira

Salvador  
2009

**SIDNÉIA DOS SANTOS SIMÕES**

**EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSE: ENTRE A CIDADANIA E A  
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Sandra Maria Marinho Siqueira - Orientadora  
Doutora em Educação - Universidade Federal do Ceará

---

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi  
Doutora em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia

---

Nair Casagrande  
Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela presença constante, revelada em seu cuidado por mim;

A todos os professores e colegas que tive oportunidade de conhecer neste período da graduação com os quais pude ampliar os meus conhecimentos;

A Prof.<sup>a</sup> Sandra Marinho, orientadora deste trabalho, pela sua disposição e dedicação;

À minha família pelo apoio;

E aos demais colaboradores e incentivadores que encontrei ao longo da caminhada.

## RESUMO

Com este trabalho pretende-se analisar, teoricamente, a função social da educação na sociabilidade classista, destacando a sociedade capitalista, se a mesma contribui para a reprodução do sistema vigente e, conseqüentemente, das desigualdades sociais, ou se fornece elementos para a superação desta ordem. O estudo está estruturado em três capítulos, a saber, educação e luta de classe, no qual foi realizado uma retrospectiva histórica desde a sociedade primitiva até o surgimento das classes sociais, com o advento e desenvolvimento da forma atual da sociedade capitalista, buscando-se observar de que modo a educação era oferecida, a quem se destinava e por quê. No capítulo seguinte, educação da classe trabalhadora em uma sociedade regida pelo capital, será analisado o modelo de educação proposto para a classe trabalhadora. O terceiro capítulo, educação entre a cidadania e a emancipação humana, enfoca essas duas categorias importantes e suas propostas para a promoção de uma sociedade na qual seja possível o desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos pela garantia da igualdade e liberdade substantiva. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, para a qual foram utilizados alguns teóricos, que se debruçaram na temática em foco, dentre eles destaca-se, Ponce (1991), Gal (1959), Lessa (2005), Kuenzer (1995) e Tonet (2005).

**Palavras-chave:** Educação; Trabalho; Luta de Classe; Cidadania; Emancipação.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	06
<b>1 EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSE</b>	09
1.1 SOCIEDADE PRIMITIVA	09
1.2 SOCIEDADE ANTIGA	11
1.3 SOCIEDADE FEUDAL	17
1.4 SOCIEDADE CAPITALISTA	20
<b>2 A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NUMA SOCIEDADE REGIDA PELO CAPITAL.</b>	24
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO SOB O CAPITAL	24
2.2 O NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO	30
<b>3 A EDUCAÇÃO ENTRE A CIDADANIA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA</b>	37
3.1 CIDADANIA	37
3.2 EMANCIPAÇÃO HUMANA	42
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	49
<b>REFERÊNCIAS</b>	52

## Introdução

Com este trabalho monográfico pretende-se fazer uma análise bibliográfica acerca da função social da educação, nas sociedades de classes destacando a sociabilidade capitalista, se para reprodução da ordem social vigente, na perspectiva de cidadania ou superação desta ordem pela emancipação humana. Será utilizado, como aporte teórico, diversos autores dentre os quais se destacam: Tonet (2005), Kuenzer (1995), Ponce (1991), que discorrem sobre as mudanças ocorridas, ao longo do tempo nas sociedades humanas e suas implicações para a educação, evidenciando-a como um campo de luta de classes.

Para realização desta análise teórica, foram utilizadas fontes bibliográficas tais como: livros de referência, periódicos, periódicos eletrônicos, filme, livros de autores que versavam sobre a temática luta de classes, capitalismo, trabalho e educação, cidadania e emancipação humana, bem como livros de História da Educação. O estudo está estruturado em três capítulos, a saber, educação e luta de classes; educação da classe trabalhadora em uma sociedade regida pelo capital e a educação entre a cidadania e a emancipação humana.

Para tanto, o primeiro capítulo é constituído por uma exposição histórica, através da qual é possível verificar as estratégias desenvolvidas pelo homem para garantir sua sobrevivência, bem como melhor aproveitar os recursos a ele disponíveis. Como referência, majoritariamente, serão evidenciadas as sociedades de origem européia, fazendo-se o uso de suas periodizações historiográficas tais como a Antiguidade, o Feudalismo e o Capitalismo.

Ainda neste percurso histórico, será abordada a categoria trabalho, existente a partir da modificação da natureza pelo homem, a fim de assegurar o suprimento de suas necessidades, ao mesmo tempo em que possibilita a transformação do

indivíduo, e como essa ação exerce influência na configuração social.

Com o surgimento das classes, ficava evidente a distância entre uma classe e outra, uma vez que os seus interesses eram opostos. Alguns indivíduos deviam trabalhar enquanto outros se apropriavam do fruto desse trabalho. Essa relação antagônica permanece até os dias atuais, pela instauração da propriedade privada dos meios de produção social.

No segundo capítulo, pretende-se reconhecer os mecanismos utilizados pelo capitalismo no intuito de garantir a sua reprodução, a partir da educação oferecida à classe trabalhadora. Assim, será traçado um breve retrospecto acerca das mudanças ocorridas na organização do trabalho sob o capital, inclusive as crises que o sistema enfrentou. Para esse enfrentamento foi gerado um processo de reorganização da produção e do trabalho, uma espécie de reestruturação produtiva, fazendo emergir a ideologia neoliberal, a qual se utiliza de artifícios para justificar as desigualdades sociais e a exploração.

Percebe-se que a esfera educacional reflete a configuração social vigente, por isso, a lógica de organização do processo produtivo exerce influência sobre a educação e a forma como a mesma é oferecida, isso implica na escolha dos métodos, currículos, formas de avaliação etc. uma vez que ela é vista como instrumento de preparação para o trabalho.

Uma pesquisa relevante da qual foi extraído vários elementos que compõem esse estudo é o livro *a Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*, resultado de uma pesquisa realizada por Acácia Kuenzer, em uma fábrica do estado do Paraná, através da qual, a autora trata das práticas educativas dentro da empresa, tanto pela coerção como pelo consenso.

Ainda utilizando-se da história, será exposta, de forma breve, a origem e evolução da Cidadania, suas intenções, limitações e impacto sobre várias instâncias sociais, inclusive o trabalho e a educação. Também será analisado o conceito de Emancipação Humana, tomando como referência os escritos de autores estudiosos das idéias de Karl Marx.



Dessa forma, pretende-se compreender a configuração social dessa atualidade, construída ao longo da história feita por homens e mulheres, e em quais condições, a educação, de fato, poderá contribuir com a construção da emancipação humana, enquanto possibilidade histórica.

A intenção desse estudo, entretanto, não foi a de examinar toda a problemática em sua profundidade, mas de permitir uma análise histórica e juntamente com a leitura da realidade atual, instigar, de modo mais específico, os educadores e educadoras a refletirem em suas práticas educativas, a fim de participarem da construção de uma sociedade, na qual a formação integral dos indivíduos seja possível.

## **1 EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES**

A educação constitui uma categoria essencialmente humana, apenas os seres humanos podem transmitir a cada geração as aquisições realizadas pela anterior, permitindo desse modo, o próprio aperfeiçoamento da espécie. Na exposição a seguir, será evidenciada a organização social do homem, ao longo da história, na tentativa de adaptação ao meio a fim de garantir sua sobrevivência e reprodução, esta não apenas em relação à quantidade de indivíduos, mas também ao modo de pensar e agir. Será possível verificar também a função da educação em cada contexto histórico-social apresentado<sup>1</sup>, a quem se destinava, como e com quais objetivos, bem como seu caráter dual com o surgimento da sociedade de classes.

Não serão apresentadas nesta exposição todas as sociedades que existiram e existem, mas apenas algumas, principalmente as sociedades de contexto europeu, pela influência que exerceram, no decorrer dos anos, na formação e organização de outras sociedades.

### **1.1 Sociedade Primitiva**

A pré-história compreende o período de surgimento dos primeiros homens até aproximadamente 4000 a.C., quando surge a escrita. Nesse período, a relação dos homens com a natureza era de dependência, dedicavam-se à caça, pesca e coleta de vegetais para a obtenção de alimentos, além de atividades para suprir outras necessidades básicas tais como o vestuário e abrigo. Esses indivíduos no que se refere à providência de meios de vida assemelhavam-se aos demais animais.

A vida exposta à natureza apresentava perigos dos quais os homens precisavam defender-se, seja as intempéries do tempo ou mesmo a ameaça de animais selvagens da floresta. Dessa forma, para garantir a sobrevivência pela proteção e alimentação, os indivíduos começam a utilizar-se dos recursos que a

natureza lhes oferece para confeccionarem armas e instrumentos de coleta na sua forma mais rudimentar. Sob estas circunstâncias ocorre a primeira divisão do trabalho baseada nas diferenças de sexo e idade.

As crianças acompanhavam os adultos em todos os seus trabalhos, ajudando-os na medida de suas capacidades, as mulheres responsabilizavam-se pelos serviços domésticos e cuidados com os filhos, atuando também na administração dos recursos materiais, enquanto os homens envolviam-se com as atividades de extrativismo. Apesar da divisão de tarefas ainda não é evidente a relação de dominação entre os indivíduos.

Esta sociedade não apresentava divisão em classes, Aníbal Ponce a descreve da seguinte maneira:

Coletividade pequena, assentada sobre a propriedade comum da terra e unida por laços de sangue, os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que ajustaram suas vidas às resoluções de um conselho formado por todos os adultos, homens e mulheres, da tribo. O que era produzido em comum era repartido com todos, e imediatamente consumido. O pequeno desenvolvimento dos instrumentos de trabalho impedia que se produzisse mais do que o necessário para a vida quotidiana e, portanto, a acumulação de bens. (PONCE, 1991, p.17)

Diante dessa caracterização, percebe-se a relação de proximidade entre os indivíduos, também na transmissão e preservação cultural. A passagem da infância para a fase adulta era favorecida pelas chamadas “cerimônias de iniciação”, nas quais os indivíduos eram submetidos a atividades que aguçavam seus sentidos e coragem, elementos importantes para a sobrevivência neste tipo de sociedade. As crianças aprendiam o modo de ser social pela observação e conseqüente imitação, às vezes, recebiam instruções dos adultos acerca de como comportar-se em determinadas circunstâncias, todavia não existia no grupo um responsável específico pela educação.

Com o aprimoramento dos instrumentos e meios de trabalho, os homens passaram a cultivar a terra e a criar alguns animais, desenvolvendo, respectivamente, a agricultura e a pecuária, a partir desse avanço não tem mais necessidade de deslocar-se de um lugar para o outro, deixando de ser nômade para

tornar-se sedentário. Ao passar a produzir mais, excede a quantidade necessária para suprimento de suas necessidades, oportunizando o intercâmbio de produtos.

O parentesco era fixado pela linha materna de descendência, pelo importante papel desempenhado pelas mulheres na economia coletiva, o matriarcado. Quando começaram a predominar as atividades de produção, a liderança econômica e social da comunidade passou para os homens e assim surge o patriarcado.

A divisão do trabalho começa a admitir a separação de tarefas para pessoas específicas levando em consideração o tempo gasto e a habilidade empregada na execução das mesmas, o que vai dando origem às diferenciações por classe. A primeira distinção foi verificada entre as funções espirituais e materiais, com a consagração de sacerdotes. O guardador de celeiros, o distribuidor de alimentos, ou seja, o responsável pela administração dos recursos de subsistência da comunidade tinha o papel próximo ao de um sacerdote.

Os guerreiros também formaram uma camada social isolada, pois na medida em que os grupos se expandiam em busca de terras férteis para cultivo, competiam entre si e nem sempre essa relação era feita de maneira pacífica, dando origem às guerras. Por muitas vezes os membros da tribo rival derrotada eram subjugados à forma de escravos, esse sistema escravista pôde também ser observado posteriormente nas civilizações clássicas como a grega e a romana.

## **1.2 Sociedade Antiga**

A Grécia exerceu grande influência para a cultura ocidental, dividia-se em várias cidades-estados, das quais se destacaram Esparta e Atenas. A sociedade espartana estava dividida em três categorias: *os esparciatas*, cidadãos da camada dominante, representavam aproximadamente 20% da população, e eram os únicos com plenos direitos civis e políticos, estes descendiam dos primeiros conquistadores da terra. Somente eles poderiam ocupar cargos oficiais, e passar a vida em serviço militar permanente, além de serem donos de quase todos os campos ao redor de

Esparta; *os periercos*, homens livres que moravam no subúrbio de Esparta, supunha-se que seus membros descendiam de povos que eram aliados aos espartanos ou antigos habitantes da região, que se submeteram voluntariamente. Podiam realizar atividades de comércio e manufatura, o que não era permitido aos esparciatas, pagavam impostos e tinham que passar um período em treinamento militar obrigatório, mas não podiam ocupar cargos públicos; e finalmente *os hilotas*, maioria da população, escrava do Estado, não possuíam direito algum, trabalhavam as terras públicas para alimentar os esparciatas.

A educação em Esparta visava a formação do guerreiro, não cultivavam outro saber, a não ser o das coisas das armas, produziam conseqüentemente, conforme Aníbal Ponce (1991,p.41), “selvagens brutais, taciturnos, astutos, cruéis e às vezes heróicos”, capazes de mandar e fazer-se obedecer. Valorizavam a perfeição física, a coragem, os hábitos de obediência às leis, a disciplina etc., a fim de formarem o soldado ideal, insuperável em bravura. Essa dedicação à superioridade militar existia por viverem sob constantes ameaças dos povos que viviam ao seu redor ou junto com eles, que outrora, haviam sido subjugados pelos espartanos e a qualquer momento poderiam insurgir-se.

Ocorreram vários levantes por parte dos periercos e hilotas contra o sistema vigente, mas estes eram duramente reprimidos pelos esparciatas. Esses controlavam tudo, inclusive o sistema educacional que atendia prioritariamente, se não exclusivamente às classes dominantes.

Ao nascer o indivíduo era inspecionado por um conselho de anciãos que decidiriam se o mesmo deveria viver ou morrer. A decisão dependeria das condições físicas da criança, se débil, enferma, aparentando fragilidade, defeito, certamente seria condenada à morte, caso contrário seria entregue a família que cuidaria dela até completar sete anos de idade. No ambiente familiar receberia instruções e aprenderia hábitos que estimulassem sua resistência e disciplina.

Aos sete anos seria entregue ao Estado, onde receberia uma formação de tipo militar, exposto a situações que favoreceriam a aquisição da força e da coragem. Aos vinte anos, o jovem era admitido no exército, no qual permanecia em

treinamento constante com atividades que envolviam corrida, salto, lançamento de disco, arremesso do dardo, boxe, exercícios militares combinados com dança coral, a caça que também constituía ocupação das horas de folga entre outras modalidades. Aos trinta anos era cidadão, mas continuava a viver militarmente e até os sessenta anos estava sujeito a participar das guerras. A educação tinha como objetivo colocar o indivíduo, integralmente, a serviço da coletividade.

A educação feminina também continha elementos para estimular a robustez do corpo pela educação física, era necessário fazer delas seres vigorosos, capazes de ter filhos sãos e fortes, além disso, assim como os homens, eram estimuladas a terem um forte sentimento patriótico, preferindo a pátria a seus filhos e maridos.

Em conflito com algumas cidades gregas, Esparta sai enfraquecida e entra em rápido declínio. Enquanto Esparta era regida por uma constituição autoritária, Atenas vivia sob um governo por ela denominado democracia, *demos* referindo-se a povo e *cratos* a governo, quando se fala em povo refere-se apenas aos considerados cidadãos, isto é, membros pertencentes à classe dominante, dessa forma, pode-se afirmar que a democracia era limitada e oligárquica.

A oligarquia foi consequência da repartição desigual da riqueza, ou seja, existiam grupos privilegiados de cidadãos ricos, os *eupátridas*. Os indivíduos de classes mais pobres tornaram-se servos, não possuíam direitos nem acesso ao poder político ou econômico, tampouco os escravos. Esses eram responsáveis por suprir as necessidades materiais da classe dominante pelo seu árduo trabalho exercido, garantindo dessa forma aos cidadãos largos anos de ócio, o que lhes permitia envolver-se em ocupações políticas e culturais ao longo da vida.

A educação oferecida por Atenas continha uma dose de formação física a fim de promover a harmonia do corpo e da alma. A ginástica era uma atividade que servia não apenas para o adestramento do corpo ou a formação de atletas, mas também para proporcionar equilíbrio da força e elegância, da compostura e do caráter. A influência educadora era exercida também na vida social, pelas cerimônias ou pelas festas religiosas que valorizavam a dança e o canto, outros elementos como o teatro e as artes faziam parte do conteúdo desta educação.

Logo após o nascimento, o pai da criança decidiria se a mesma deveria ser aceita na família ou se seria abandonada. Sendo aceita, recebia instrução familiar até aproximadamente sete anos, quando seria conduzida à escola, na qual teria contato com o mestre gramático, responsável por ensinar leitura, escrita, mitologia e elementos de cálculo, teria contato também com o mestre citarista, que lhe daria lições de música, flauta, lira além de aprender a declamar ao som da cítara. Havia um escravo que acompanhava a criança até à escola, denominado *pedagogo*.

Entre doze e quinze anos os indivíduos passam a freqüentar a *palestra*, local a céu aberto, na qual aprenderia ginástica, ao mesmo tempo em que continuaria a gramática e a música. Eram aplicados exames para controle dos resultados obtidos com esses estudos e distribuídas recompensas. Antes do seu ingresso à vida adulta, o jovem receberia por dois anos instrução militar a fim de desenvolver o caráter cívico e prepará-lo no uso das armas. Para as mulheres estava reservada uma educação feita no lar e para o lar, só moças de condição distinta aprendiam a ler e a escrever.

Posteriormente, ao tornar-se mais complexa, inclusive quando a Grécia agrega valores de outras culturas, a sociedade ateniense insere mudanças na educação principalmente da juventude preparando-os também para a intervenção nas assembléias, para tanto, será necessário o desenvolvimento da oratória, e também da retórica, relevantes de igual forma em terras romanas.

Assim como a Grécia, Roma também deixou contribuições para as sociedades ocidentais, lançando os fundamentos da organização social que hoje constituem a vida moderna. Inicialmente, a educação estava endereçada aos nobres, os *patrícios*, grupo formado por guerreiros e proprietários rurais, estes possuíam todos os direitos civis e políticos. Posteriormente os plebeus também participam desses direitos, mas os escravos jamais!

A influência da família era a base da educação romana, o pai exercia a máxima autoridade e a mulher também exercia forte influência na formação dos filhos, mas precisamente no período correspondente à primeira infância. Aos sete anos o menino passava das mãos das mulheres para as do pai, que daria prosseguimento à instrução do menor. Desde cedo os meninos já acompanhavam o

pai nos negócios públicos e privados, na rua, no fórum e no acampamento. As meninas permaneciam no convívio familiar a fim de aprimorar-se nas responsabilidades do serviço doméstico.

Por volta dos dezesseis ou dezessete anos, o jovem entrava no exército e na vida pública, sendo acompanhado por uma espécie de tutor, que não necessariamente o pai. A educação era eminentemente moral, mais do que intelectual, os ideais eram tomados da história e dos heróis da própria pátria, acentuando assim o sentimento do patriotismo. Os meninos deveriam aprender as leis das dozes tábuas, além de familiarizar-se com o seu significado, essas constituíam leis fundamentais da República, adotadas em 451 e 450 a.C e possuíam grande valor como base da sociedade romana, estavam afixadas no Fórum e referiam-se à autoridade paterna, aos direitos de propriedade, aos serviços religiosos, às obrigações políticas, militares etc.

Roma começa a expandir-se pelo Mediterrâneo, dessa forma, estava enriquecendo, os plebeus cada vez mais alcançavam força política, nesse contexto ocorre a invasão da cultura grega, no âmbito educacional influencia, principalmente, a literatura e a educação de modo escolar. Os cidadãos mais ricos possuíam mestres particulares, geralmente gregos imigrados, nessa época também se fundam escolas, contudo também em caráter privado.

Aos sete anos as crianças ingressavam a escola primária, que possuía um programa elementar: ensinar a leitura, escrita e cálculo, com algumas canções e disciplina muito rigorosa, além de ser freqüentada tanto por meninos como por meninas. Dos doze aos dezesseis anos ingressavam na escola secundária, onde estudaria gramática latina, gramática grega, retórica, oratória e um pouco de matemática, pouca ênfase era dada a música e a ginástica diferente dos gregos, contudo acentuava-se o valor jurídico-político, aspecto cultivado no chamado terceiro grau, uma espécie de escola de direito, destinada a uma minoria governante.

Na época em que Roma estava organizada politicamente em Império, verificam-se mudanças na organização da educação, o que tinha caráter privado



passa a tornar-se público, sob certa inspeção do Estado. Os imperadores estimulavam a criação de escolas municipais, tidas como um dos principais veículos da universalização da cultura romana, em especial, da língua latina. Contudo, o crescimento do cristianismo e as invasões de povos não romanos favoreceram a desestruturação do Império Romano.

Com a difusão do cristianismo e, depois com sua legitimação político-religiosa sob Constantino irá certamente criar-se uma significativa ruptura também no terreno educativo: os cristãos depreciam a retórica e a cultura dos pagãos em geral, atacam as escolas que transmitem uma literatura contrária ao espírito cristão e orientada para valores diferentes dos evangélicos. [...]. No século IV, o choque entre os dois modelos culturais será frontal e a cultura pagã é que irá sucumbir, [...] Sob o impulso das invasões bárbaras houve um ulterior empobrecimento para as escolas e para a cultura: a ignorância dos invasores criava empecilhos e abandonos no empenho formativo das jovens gerações segundo o *iter* cultural fixado pelo mundo clássico.(CAMBI, 1999, p.117, 118, grifo do autor)

Nesse contexto, o sistema escravista começava a desmoronar, pois este não apresentava tanta vantagem como em tempos anteriores, na medida em que os povos conquistados deixavam de fornecer escravos e riquezas, mais aumentavam os impostos, as taxas, as requisições, gerando um grande aumento nos preços desse tipo de trabalhador, inviabilizando sua compra. A solução encontrada pelos grandes proprietários rurais romanos foi na gradual substituição da mão-de-obra escrava pelo colonato, na qual, o lavrador entregava uma parte de sua produção ao proprietário.

Com este novo sistema de trabalho, a circulação de moedas reduziu-se bastante, resultando em um quase desaparecimento da moeda, na decadência do comércio e na estagnação da economia. O núcleo econômico passou a ser a vila, onde os proprietários de terras dirigiam a vida econômica, social e militar de toda a propriedade. Esse processo de ruralização econômica e de descentralização política enfraquecia o Império e preparava o surgimento do sistema feudal de produção.

### 1.3 Sociedade Feudal

Esta sociedade começa a estruturar-se de outra maneira, na qual a posse e o cultivo da terra dão a tônica na economia, embora essencialmente de subsistência com poucas e inexpressivas atividades de cunho comercial. Considerando a sociedade medieval como uma pirâmide, pode-se dizer que na base estavam os servos e escravos, no meio, os nobres e no topo o clero. A estrutura social praticamente não permitia mobilidade, sendo, portanto, que a condição de um indivíduo era determinada pelo nascimento, isto é, quem nascia servo seria sempre servo.

De acordo com Jacques Le Goff, em seu livro *O Homem Medieval*, assim era a vida social:

oradores, bellatores e laboratores, ou seja, os que rezam, os que combatem e os que trabalham (...) Em primeiro lugar, estão os clérigos e mais em especial, os monges (...) cuja função é a oração, que os põe em ligação com o mundo divino e lhes dá um enorme poder espiritual na terra; depois os guerreiros e, nomeadamente, o novo estatuto social dos que combatem a cavalo e que virá a transformar-se numa nova nobreza, a cavalaria, que protege pelas armas as outras classes; finalmente, o mundo do trabalho, representado essencialmente pelos camponeses, cujas condições jurídico-sociais tendem a unificar-se e que, com o produto do trabalho, possibilitam a vida das outras duas classes.(GOOF, 1989, apud APH)

Em relação à educação observa-se o seu caráter estritamente religioso, a Igreja era a única instituição que assegurava a educação, estabelecendo mosteiros para disseminação dos ensinamentos cristãos destinada aos filhos dos nobres e aspirantes ao clero, enquanto a maioria da população ficava sem instrução ou a recebia nas escolas romanas que desapareceram com as invasões bárbaras.

Os mosteiros constituíram poderosas organizações de ensino religioso, não se restringindo somente a esta atividade, atuava também na esfera econômica, pois devido às suas riquezas acumuladas se tornaram instituições de empréstimos e em centros de crédito rural. No interior dessas escolas monásticas pode-se notar a divisão do trabalho de acordo com a classe a que o indivíduo pertencia. O abade, deveria ser oriundo de alguma família nobre e esse jamais se submeteria a trabalhos manuais, enquanto que os trabalhos penosos estavam na responsabilidade dos servos e escravos.

Para os futuros monges eram-lhe destinada instrução religiosa necessária à época, em contrapartida para as massas camponesas a instrução não abrangia o ensino da leitura muito menos da escrita, mas restringia-se a familiarizá-las com as doutrinas cristãs, e ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas com a estrutura social vigente. Ainda sobre a educação eclesiástica, surgiram as chamadas escolas catedrais, as quais se destinavam principalmente à formação dos clérigos. Tinham como conteúdo as “sete artes liberais”, divididas em duas partes: o *trivium*, que abrangia a gramática, retórica e lógica e o *quadrivium*, abrangendo a aritmética, música, geometria e astronomia.

Nesse período também se verifica a organização e funcionamento das chamadas Escolas de Cavalaria, que representava uma idealização das virtudes guerreiras. O filho do nobre ficava sob a tutela da mãe por aproximadamente sete anos, logo depois era tido como pajem ao serviço de um cavaleiro amigo, aos catorze é promovido escudeiro e finalmente aos vinte e um anos de idade era armado cavaleiro. Este devia reunir em si qualidades imprescindíveis, tais como a honra, a fidelidade, a proteção, a cortesia, além de possuir condições físicas para saber manejar as armas, realizar determinados exercícios e dominar alguns elementos espirituais e bem pouco, intelectuais. Paralelamente, a educação feminina consistia principalmente em aprender as habilidades domésticas e o cultivo da poesia, da música e do canto.

Na idade média não havia preocupação em criar escolas para servos ou camponeses, assim também como não foram criadas para os escravos na sociedade antiga, uma vez que estes eram considerados como objetos. Mas pela necessidade de recrutar clérigos capazes de pregar a religião, amplia-se o benefício da cultura a todas as crianças, pobres ou ricas, que fossem julgadas capazes.

A partir do século XII, surgem as primeiras universidades como um movimento no sentido da cultura superior clerical e profissional, adequadas às circunstâncias locais e nacionais. A forma de seu nascimento foi muito variada, tanto poderiam surgir espontaneamente; como sob orientação do Papa; ou até mesmo por edito do Príncipe.

As universidades estavam submetidas à ortodoxia católica, mas apoiavam-se pela defesa de seus direitos, ora na autoridade política, ora na religiosa local ou mesmo na autoridade de Roma. Segundo o historiador Roger Gal (1989), a curiosidade, o desejo de saber, de fundamentar racionalmente a fé, levava mestres e alunos a extravasar cada vez mais as matérias tradicionais e a se aproximarem, pouco a pouco, de uma emancipação da ciência.

O período medieval pode ser dividido em dois momentos: a Alta e a Baixa Idade Média. A primeira corresponde aos séculos V até o XI, quando o sistema feudal atinge o seu auge, conforme descrição anterior, e o período seguinte que se estende do século XI ao século XV, o sistema já mostra indícios de declínio, como há de se verificar a seguir.

As alterações no clima, o desmatamento e desgaste do solo ocasionam problemas na agricultura, assim como as péssimas colheitas, o que favorece a alta dos preços dos produtos agrícolas, a população continua se expandindo e diante desse contexto surgem outros problemas como a fome, pestes etc., causando o aumento da taxa de mortalidade.

Paralelamente a essa realidade, se dá o renascimento comercial e urbano pela expansão das atividades mercantis, a multiplicação das rotas de comércio, o surgimento das feiras, das escolas de corporação, que eram uma espécie de associação de profissionais que reuniam comerciantes e artesãos, a formação dos burgos, que posteriormente transformar-se-ão em cidades representando um novo centro econômico e a ascensão de uma nova classe social: a burguesia.

Esses aspectos vão constituindo motivos para a desestruturação do sistema feudal e com ela a limitação do poder dos senhores feudais. As transformações não atingiram somente à esfera econômica e política, mas também o modo de pensar dos indivíduos, a religião e a organização da educação.

## 1.4 Sociedade Capitalista

A nova burguesia começa a exigir a sua parte na educação, a fundação das universidades permitiu que a mesma participasse de muitas vantagens da nobreza e do clero, que até então lhe tinham sido negadas. Enquanto a burguesia, classe mais rica invadia as universidades, a pequena burguesia adentrava às escolas primárias.

Contudo, a existência do antagonismo de classe também implica o surgimento — sob formas explícitas ou implícitas — de outras propostas, com outros fundamentos, outros valores e outros objetivos. De modo que o campo da educação, como aliás toda a realidade social, é um espaço onde se trava uma incessante luta, ainda que a hegemonia esteja sempre em mãos das classes dominantes. (TONET, 2005, p. 223)

O ensino ministrado nas escolas municipais se modificara, ensinavam-se, ao invés do latim, o idioma nacional, ao invés do predomínio total do *trivium* e do *quadrivium*, noções de Geografia, História e Ciências Naturais. Essas escolas não eram gratuitas, ou seja, continuavam a ser escolas para privilegiados.

O sistema político característico da Europa na Idade Moderna foi a monarquia absoluta. Em muitos países, o poder das Cortes e de outras assembléias foi drasticamente reduzido em favor do poder do rei. A acumulação de capitais permitiu a expansão comercial, tanto europeia como ultramarina. A Europa conseguiu estender seu domínio pelo mundo todo e beneficiar-se da sua superioridade técnica e militar.

O aparecimento dos colégios se dá no século XVI até o XVIII, paralelamente ao surgimento de uma nova imagem da infância e da família. A meta da escola não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à formação moral. Essa sociedade, embora rejeite a autoridade dogmática da cultura eclesiástica medieval, mantinha-se ainda fortemente hierarquizada excluindo dos propósitos educacionais a grande massa popular.

O Renascimento e a Reforma Protestante promoveram mudanças no pensamento e nas relações sociais dos indivíduos daquela época, apesar de não

terem proporcionado total desvencilhamento das bases católicas. O Renascimento surge como um movimento marcado pelo interesse pelo passado greco-romano clássico, esse movimento confrontou importantes conceitos elaborados pelo pensamento medieval, já o movimento reformista da Igreja Católica, opõe-se a algumas práticas dessa instituição religiosa, buscando promover a alfabetização de indivíduos da classe popular para que os mesmos tivessem acesso direto às Sagradas Escrituras. A Igreja Católica, diante destas circunstâncias, promove ações que visavam manter os indivíduos afastados de qualquer influência pessoal ou por literatura que fossem adversas aos seus princípios, desenvolvendo estratégias para controlar a ação dos reformadores, organizando-se no intuito de difundir os ideais católicos para manutenção dos fiéis e alcance de novos adeptos.

Nesse período, no Brasil tem-se o início da colonização paralelamente às atuações catequéticas dos jesuítas. A atividade missionária facilita sobremaneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a educação assume papel de agente colonizador.

Ao final do século XVII e início do século XVIII, começa a se estabelecer o pensamento iluminista, atrelado ao movimento chamado Iluminismo, ou “século da luzes”, por afirmarem que os homens que viviam sob o antigo regime estavam nas “trevas da ignorância”, desse modo valorizavam a razão como elemento importante nos estudos dos fenômenos naturais e sociais. Um de seus aspectos marcantes está na pedagogia política, centrada no esforço para tornar a escola leiga e função do Estado. Apesar dos projetos de estender a educação a todos os cidadãos, prevalece a diferença de ensino, ou seja, uma escola para o povo e outra para a burguesia. Essa dualidade estava em conformidade com a doutrina liberal que demonstrava que os homens não são iguais em talentos, capacidades etc., para justificar as diferenças.

A adoção dos princípios iluministas por parte das monarquias favoreceu a modernização do aparelho administrativo e conseqüente atendimento aos interesses da nobreza e da burguesia nacional.

No séc. XIX se concretizam, com a intervenção cada vez maior do Estado, o estabelecimento da escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória. Enfatiza-se a relação entre educação e bem-estar social, estabilidade, progresso e capacidade de transformação, por isso o interesse pelo ensino técnico ou pela expansão das disciplinas científicas.

No século XX a pedagogia encontra-se atrelada a vários outros ramos das ciências humanas, como a psicologia, a sociologia, a economia, a lingüística, a antropologia, acentuando a exigência da inclusão da cultura científica como parte do conteúdo a ser ensinado.

O desenvolvimento dos negócios mundiais, acompanhado pelo avanço tecnológico da crescente robotização e automação das empresas, proporciona diversas modificações no trabalho e, conseqüentemente, na educação. As escolas nesse contexto tentam, nem sempre com êxito, atender às demandas da nova configuração social no que refere à formação do novo tipo de trabalhador exigido.

Diante das transformações vertiginosas da alta tecnologia, que mudam em pouco tempo os produtos e a maneira de produzi-los, ao criar profissões e extinguir outras, requerem uma educação permanente, a qual permita a continuidade dos estudos, e, portanto de acesso às informações.

Como observado, o capitalismo tem se apresentado sob variadas formas, sem, contudo, perder a sua essência que é a exploração do homem pelo homem. A primeira fase é caracterizada por um capitalismo de caráter mais comercial, período do século XVI ao XVIII, iniciado com as grandes navegações e expansões marítimas européias, fase em que a burguesia mercante começa a buscar riquezas em outras terras fora da Europa. Neste contexto, é possível identificar as seguintes características capitalistas: busca dos lucros, uso de mão-de-obra assalariada, moeda substituindo o sistema de trocas, relações bancárias, fortalecimento do poder da burguesia e desigualdades sociais.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, começou a dar ao sistema um caráter mais industrial, modificou o sistema de produção, colocando a

máquina para fazer o trabalho que antes era realizado pelos artesãos. O lucro ficava com o empresário que pagava um salário baixo pela mão-de-obra dos operários.

A partir do século XX, o capitalismo considerado financeiro vai ter no sistema bancário, nas grandes corporações financeiras e no mercado globalizado as molas mestras de seu desenvolvimento. Este período está em pleno funcionamento até os dias de hoje, é a fase em que o sistema mais lucra e acumula capital. Apesar de sua evolução, o capitalismo mostra suas contradições por mostrar-se causador de seus próprios problemas, sendo assim, elabora mecanismos para atuarem em várias esferas sociais, inclusive na educação, visando garantir a manutenção do mesmo, assunto que será abordado no capítulo a seguir.



## **2 A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NUMA SOCIEDADE REGIDA PELO CAPITAL**

Neste presente capítulo há de se verificar a relação da educação oferecida à classe trabalhadora e os princípios que regem uma sociedade de estrutura capitalista, para tanto, serão utilizadas as contribuições de Sérgio Lessa (2005), de Acácia Kuenzer (1995), entre outros que versam sobre a organização do trabalho e sua influência direta e/ou indireta sobre a educação, os quais estarão dispostos nas referências desse estudo.

### **2.1 Organização do trabalho sob o capital**

Como observado anteriormente, na sociedade primitiva a história dos homens era supostamente entendida como determinada pelas forças divinas, manifestadas através da natureza, dessa forma os indivíduos não exerciam poder decisivo sobre o seu destino. Mas com o aumento das capacidades humanas, pela transformação da natureza em produtos necessários à sua reprodução, o homem passa da condição de dominado pelas forças da natureza para a de dominador. Essa passagem da vida natural à sociedade deve-se ao trabalho, como forma de interação entre o ser vivo e a natureza, constituindo-se assim, categoria fundante do mundo dos homens, conseqüentemente, todas as outras categorias sociais são por ele fundadas.

Faz-se necessária então, uma nova concepção de mundo na qual fosse incorporado o agir dos homens na conformação dos seus destinos. Essa nova concepção de mundo ocorre justamente com a organização da sociedade em classes e quando esta divisão atinge a forma de sistema capitalista, a história passa a ser o resultado de uma busca desenfreada e egoísta dos homens pela apropriação da riqueza, provocando de forma mais intensa a luta de classe, expressa na dominação do capital sobre o trabalho, ou seja, de um lado os detentores do capital, de outro os detentores da força de trabalho enquanto possibilidade de reprodução social.

Verifica-se que o trabalho além de ser processo que tem por finalidade a criação de valores de uso para satisfação das necessidades humanas a partir dos elementos da natureza, ele também é histórico, isto é, assumiu diferentes formas na história dos homens, seja ele, livre, escravo, servil e no mundo capitalista, o trabalhador assalariado.

O trabalho assalariado enquanto forma histórica da sociedade capitalista baseia-se na relação de compra e venda da força de trabalho. Esse processo de apropriação da capacidade que homens e mulheres têm de realizar trabalho ocorre paralelamente à divisão entre trabalho intelectual, dos que decidem, planejam e comandam e o trabalho manual, dos que executam e obedecem, estabelecendo a relação de dominação dos proprietários dos meios de produção sobre o trabalhador, dono apenas da sua força de trabalho.

Este não é um trabalhador qualquer; é um homem que, ao vender sua força de trabalho, se transforma em fator de produção, perdendo, junto com o controle do processo e do produto do trabalho, o controle sobre si mesmo. Ele já não é mais o artesão que domina o processo produtivo em sua totalidade, mas o assalariado que se submete real e formalmente ao capital e à ciência a seu serviço, devendo desempenhar suas funções num processo de trabalho fragmentado e heterogerido, para o que ele precisa ser educado. (KUENZER,1995,p.12)

A autora utiliza o termo, "heterogerido", no sentido de que, na organização do trabalho capitalista, é concedido à um grupo específico e limitado, pensar, planejar, controlar e impor ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado. Dessa forma, a apropriação do conhecimento sobre o trabalho passa a funcionar como força do capital, são valorizados os cargos administrativos, enquanto os trabalhadores são relegados a realizar tarefas que exigem pouca qualificação e, portanto, menos remuneradas.

Para garantir a realização do trabalho é necessária uma determinada forma de organização e gestão desse trabalho, que discipline e controle o trabalhador, a hierarquia presente em diversos locais de trabalho como a indústria, o comércio e outros, expressa essa relação de dominação. Apesar da exploração do homem pelo homem estar implicada com o modo de produção capitalista, a sua morfologia vai diferenciando-se com o passar do tempo devido às demandas de cada época.

Contudo, para esse sistema continuar vigorando em suas diversas formas ele se utiliza da venda de mercadorias, produzidas pela extração de mais-valia do trabalhador, em que a classe trabalhadora produz um produto que pode ser vendido por mais do que ele recebe como salário, ou seja, é o valor produzido pelo trabalhador, que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca.

Parte do dinheiro obtido é convertido em capital e quando o consumo de mercadorias não pode ser realizado pelos desequilíbrios gerados pelo próprio sistema capitalista, então se instala uma crise estrutural, ou seja, o capitalismo demonstra explicitamente ser o gerador de seus próprios problemas. Se o mercado é a causa da crise e se boa parte das soluções apresentadas para enfrentar esta crise prevê a ampliação do espaço do mercado na sociedade, a tendência é que os problemas sejam agravados, é como um “ciclo vicioso”. O Estado e os detentores dos meios de produção sempre suscitarão medidas que continuem possibilitando o acúmulo do capital.

Pode-se perceber esse mecanismo no decorrer dos fatos históricos, após a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, os Estados Unidos se estabeleceu como uma potência, pelo seu expressivo desenvolvimento econômico, fazendo inclusive empréstimos a outros países em fase de reestruturação pós-guerra, contudo em 1929-1930 a superprodução de mercadorias ocasionou uma brusca queda no seu valor, o que desestabilizou o mercado econômico, gerando conseqüências imediatas como desemprego em massa e a queda considerável nas taxas de acumulação. Essa chamada Grande Depressão foi sentida em vários países, apesar de ter dado sua evidência com a queda da bolsa em Nova York (EUA).

A crise imediata gerou a necessidade de alternativas para resolver a desestruturação econômica modificando principalmente as relações de produção. É proposta uma mudança na política econômica norte-americana empregada pelo presidente eleito Franklin Roosevelt, na qual evidencia-se a intervenção estatal no controle das relações econômicas.

Ao longo do tempo vão surgindo outras estratégias para sustentação do sistema, no período pós Segunda Guerra Mundial, muitos países entram em situação de reestruturação social, política e econômica, isto envolve, conseqüentemente, o modelo de produção a ser adotado, em se tratando de sistema capitalista pode-se destacar os modelos Taylorista, Fordista e Toyotista. Há de se verificar que, apesar de algumas distinções entre os mesmos mantêm-se a mesma lógica da extração de mais-valia do trabalhador.

Com a publicação do livro “Os princípios da administração científica”, em 1911, o engenheiro norte-americano Frederick W. Taylor propunha uma intensificação da divisão do trabalho, isto é, fracionar as etapas do processo produtivo de modo que o trabalhador desenvolvesse tarefas especializadas e repetitivas. Fazendo um controle sobre o tempo gasto em cada tarefa e um constante esforço de racionalização para a tarefa ser executada num prazo mínimo, portanto, o trabalhador que produzisse mais em menos tempo receberia prêmios como incentivos.

O taylorismo foi primeiramente praticado pelo norte-americano Henry Ford o na sua empresa “Ford Motor Company”. Posteriormente, deu origem ao modelo fordista de produção no qual consistia em organizar a linha de montagem de cada fábrica para produzir mais, controlando melhor as fontes de matérias-primas e de energia, os transportes e a formação da mão-de-obra. O filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin dá uma idéia da forma como o modelo de produção taylorista/fordista era empregado no processo produtivo, o trabalho era repetitivo, fragmentado, cada operário responsável por uma parte da produção, pelo controle do tempo, as estratégias desenvolvidas para extrair do trabalhador mais produtividade, ainda que acarretasse para o mesmo algum dano físico ou psicológico e a geração do desemprego, caso fosse identificado alguma inadequação ao trabalho a fim de não interromper o processo de produção.

Essa fragmentação no processo de produção gera a desqualificação do trabalhador, pois ao dedicar-se a uma tarefa específica tem restringidas as suas necessidades de qualificação, que constitui a formação de um indivíduo integralmente desenvolvido capaz de desempenhar diferentes formas de atividades. Essa concepção não apenas configuram o espaço de trabalho, mas também a

esfera da educação, uma vez que faz-se imprescindível, adequar os homens à necessidade do mercado em vigor.

A pedagogia nesse contexto taylorista/fordista teria então que moldar-se a uma divisão social e técnica do trabalho marcada pela clara definição de fronteiras entre as ações intelectuais e instrumentais, em decorrência de relações de classe bem definidas que determinam as funções a serem exercidas por dirigentes e trabalhadores no mundo da produção, resultando em processos educativos que separam a teoria da prática.

O trabalho pedagógico, escolar e não escolar, constituído na expressão da divisão entre classes sociais no capitalismo, ficaria caracterizado pela dualidade estrutural, a partir da qual se definem tipos diferentes de escola, segundo a origem de classe e o papel a elas destinado na divisão social e técnica do trabalho. Desse modo, os conteúdos destinados aos indivíduos que deverão ocupar a posição de dirigentes há de assegurar a posse dos meios de produção intelectual e dessa forma garantir a sua condição de dominação, enquanto que aos trabalhadores serão dispostos conteúdos que os instrumentalizem para realização de tarefas mecânicas e repetitivas.

Assim, são propostos conteúdos fragmentados, organizados em seqüências rígidas; tendo por meta a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados, separação dos tempos de aprender teoricamente e de repetir procedimentos práticos exercendo rigorosamente o controle externo sobre o aluno. A divisão do conhecimento em áreas e disciplinas trabalhadas de forma isolada, tratando-as como se fossem autônomas entre si e da prática social concreta, a grade curricular distribui as disciplinas com suas cargas horárias por séries e turmas de forma aleatória, supondo que a unidade rompida se recupere através das práticas curriculares, ficando por conta do aluno a reconstituição das relações que se estabelecem entre os diversos conteúdos disciplinares.

A formação de professores, também é atingida pelos ditames fordistas, que promovem capacitação fracionada, por temas e disciplinas, agrupando os profissionais por especialidade, de modo a não discutir o trabalho pedagógico em

sua totalidade. O plano de cargos e salários prevê a contratação dos profissionais da educação por tarefas, ou jornadas de trabalho, e até mesmo por aulas ministradas, de modo que eles se dividem entre diversos espaços, sem desenvolver sentido de pertinência à escola; quando se representam, os professores evidenciam identidade com a área ou disciplina de sua formação, e não de professores da escola, enfraquecendo assim a força do corpo docente quanto às suas reivindicações a favor de melhores condições de trabalho da categoria.

A base técnica de produção fordista, que dominou o ciclo de crescimento das economias capitalistas no pós Segunda Guerra até o final dos anos sessenta vai aos poucos sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico, apoiado essencialmente na microeletrônica cuja característica principal é a flexibilidade.

O toyotismo, modelo japonês, tinha como elemento principal, a flexibilização da produção. Ao contrário do modelo fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no toyotismo só se produzia o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Essa flexibilização tinha como objetivo a produção de um bem exatamente no momento em que ele fosse demandado, no chamado *Just in Time* (na hora certa). Dessa forma, ao trabalhar com pequenos lotes, pretende-se que a qualidade dos produtos seja a máxima possível, a qualidade total.

Na fábrica ocorre o aumento da concorrência entre os trabalhadores, que disputam melhores índices de produtividade entre si. Tais disputas sacrificam cada vez mais o trabalhador, e tem como consequência, além do aumento da produtividade, o aumento do desemprego. Em suma, a lógica do mercado continua sendo a mesma: aumentar a exploração de mais-valia do trabalhador.

No que tange às novas demandas de disciplinamento dos trabalhadores para a acumulação flexível, a pedagogia das competências constitui-se em adequada resposta, expressando a nova pedagogia do capitalismo. Nesse contexto é exigido, como afirma Kuenzer,

o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante.(...)As práticas individuais são substituídas por procedimentos cada vez mais coletivos, onde se compartilham responsabilidades, informações, conhecimentos e formas de controle, agora internas ao trabalhador e ao seu grupo. (KUENZER,2004,p.9)

A ciência transformou-se rapidamente em força produtiva no contexto da produção capitalista, com a automação e a utilização crescente da informática, o conhecimento tornou-se matéria vital para o processo de acumulação capitalista. A politecnia, isto é, o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, também é incorporada ao processo produtivo. Isto traz conseqüências importantes não apenas para a produção em si, mas para toda a organização social.

## **2.2 Neoliberalismo e educação**

Sob esse contexto, a partir da década de 70 evidencia-se o modelo neoliberal de acumulação capitalista, no qual o mercado torna-se o grande regulador da produção e das relações dela oriundas, ou seja, cabe à “mão invisível” do mercado a condução das questões econômicas, restringindo dessa forma, a intervenção Estatal. Pode-se considerar como inauguradores do modelo neoliberal, os governos de Margareth Thatcher, primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em 1979, e Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos, em 1980, pelo partido republicano, ocasionando profundos cortes de investimentos sociais, internamente, e uma grande preocupação com a formação de blocos econômicos na tentativa de suprimir gastos com a circulação de produtos e capitais.

No Brasil, o Neoliberalismo é inserido a partir do Governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso com as privatizações e novas formas de relações de trabalho. A educação foi uma das instâncias afetadas por esta

concepção, que também passa a ser vista como mercadoria, através da qual seria então possível preparar homens e mulheres para tornarem-se profissionais capazes de atender às expectativas da reprodução capitalista.

De acordo com Gaudêncio Frigotto (1996:49), “o mercado como sujeito regulador da concepção e da organização da educação, tende a eternizar a concepção instrumentalista, dualista, fragmentária, imediatista e interesseira de formação humana.”

As relações entre o Estado e o setor privado são marcadas pela luta com vistas a definir quem detém ou pode deter direitos de propriedade, distribuição e uso do conhecimento produzido. Na trama desse embate, as instituições de ensino são bastante afetadas, sob o argumento principal de que as mudanças que estão ocorrendo na esfera do trabalho demandariam um novo tipo de trabalhador, mais informado, possuidor de níveis de escolaridade mais altos, desencadeando um intenso movimento de reformas educacionais que viriam a atingir todos os níveis da educação.

O interesse crescente do capital pelo conhecimento produzido e pela produção científica o faz investir cada vez mais em setores que antes lhe eram periféricos, como o da educação, não apenas porque ela própria tende a se transformar em mercadoria, mas também porque a competição exige a produção de conhecimento científico cada vez mais sofisticado, além de que a introdução de inovações tecnológicas na base física, tanto quanto na organização das empresas, acaba criando novas demandas em relação aos trabalhadores. O conhecimento em geral e o científico em particular tornam-se alvo de disputas acirradas e de investimentos vultuosos, bem como de investidas ideológicas que pretendem transformá-los na chave de sucessos pessoais e empresariais. (FERRETI, 2002)

A lógica neoliberal atribui um papel estratégico à educação na propagação de seus ideais e implementação dos seus objetivos, entre eles está o de atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegura que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. Outro objetivo seria o de tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários, ou seja, adequar a escola à ideologia dominante. Esta precisa sustentar-se também no plano



das visões do mundo, por isso, a hegemonia passa pela construção da realidade simbólica.

Em nossa sociedade a função de construir a realidade simbólica é, em grande parte, preenchida pelos meios de comunicação de massa, mas a escola tem um papel importante na difusão da ideologia oficial. O problema para os neoliberais é que nas universidades e nas escolas, o pensamento dominante, tem convivido com o pensamento crítico nas diversas áreas do conhecimento e nas diversas práticas pedagógicas dialógicas, alternativas. Nesse quadro, fazer da universidade e da escola veículos de transmissão do credo neoliberal pressupõe um reforço do controle para enquadrar a escola a fim de que cumpra mais eficazmente, sua função de reprodutora da ideologia dominante. Pois também é neste espaço em que se dá a apropriação do saber e com ele a oportunidade de desenvolver na coletividade o senso crítico sobre o sistema vigente.

Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática é outro objetivo, alinha-se com a idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos.

Esta fase atual do capitalismo é caracterizada pela hegemonia do capital financeiro, pela flexibilização do trabalho e do trabalhador e pela política neoliberal a qual visa mundializar o capital. No processo produtivo recai sobre o trabalhador a exigência da qualificação profissional, embora seja crescente a quantidade de indivíduos ditos qualificados, porém desempregados. A flexibilização tem ocasionado um processo de precarização do trabalho manifestada pela insegurança, por piores condições de saúde e riscos, alta competitividade etc., a precarização do emprego, pela instabilidade, falta de vínculo, subcontratação, empregos temporários, além do crescimento da informalidade do mercado de trabalho.

Homens e mulheres são responsabilizados por sua precarização e pela falta de oportunidades de emprego. Estado e patrões se desresponsabilizam pelas políticas adotadas e transferem para os trabalhadores a “culpa” por essa situação de miséria.

O capitalismo para atingir o seu objetivo que é a acumulação de capital e manter-se em vigor utiliza vários mecanismos, sejam eles explícitos ou não, entre eles está a ideologia que de modo sutil favorece a propagação e manutenção das relações capitalistas. A educação é um dos complexos sociais utilizados para este fim, reproduzir as concepções da sociabilidade capitalista. Assim, a instrução dada ao trabalhador, no ordenamento societário do capitalismo, o que se pode chamar de pedagogia capitalista, instrumentaliza o indivíduo para exercer eficientemente sua função submetendo-o à dominação capitalista ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, fornece ao mesmo, elementos para enfrentar essa dominação.

Na pesquisa realizada por Acácia Kuenzer, disposta no livro *Pedagogia da Fábrica* (1995), a autora analisa as relações de produção e a educação do trabalhador no contexto de uma determinada fábrica de veículos no estado do Paraná, na qual podemos identificar vários elementos que aqui já foram mencionados quanto à exploração de mais-valia do trabalhador, tanto por formas coercitivas, como por formas de consenso, utilizando-se, para tanto, de mecanismos ideológicos pelos quais os trabalhadores permitem-se serem subjugados e desapropriados até mesmo de suas capacidades intelectuais.

Na experiência acima relatada e em outros espaços de produção é possível perceber, apesar das estratégias de exploração dos capitalistas sobre o trabalhador, as oportunidades de contestação que os operários encontram nas contradições desta relação, até mesmo porque as relações de trabalho atuais se fazem mostrar mais horizontalizadas e democráticas com a participação do trabalhador até mesmo na gestão e elaboração do trabalho. Contudo, o capital diante das possibilidades de resistência por parte da classe operária, elabora estratégias para dispersar esses trabalhadores, enquanto força contestatória, de acordo com Epitácio Macário,

(...) as empresas colocaram em operação, (...), um insidioso projeto ideológico substanciado em práticas pedagógicas que manejam a afetividade, a esfera dos desejos e da vontade das pessoas com o fim de

conectar estas dimensões humanas aos objetivos de lucratividade do capital. As práticas de dinâmica de grupo, de relaxamento e ginástica laboral; os treinamentos voltados para a estimulação e promoção da auto-estima; o incentivo do individualismo mais cruel e das práticas de trabalho coletivo; estes são alguns dos elementos que compõem um amálgama difuso, disjuntivo e até contraditório – mas inteiramente sob a regência do capital- que incide sobre a subjetividade do *novo trabalhador* (grifo do autor), procurando formatá-la de modo que garanta índices elevados de produtividade, bem como formas de comportamento integradas, dóceis e pró-ativas para com os desígnios do capital. (MACÁRIO, 2005, p.209)

Assim o capitalismo desenvolve formas pelas quais o operário permita e colabore com a sua própria exploração, como Kuenzer reforça,

A educação do trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, se dá, portanto, através de formas de organização e controle do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento da tarefa e nível de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho, política salarial, política de benefícios, formas de supervisão, instruções de segurança e de saúde, e assim por diante. O seu objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isto- a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado ao mesmo tempo que assegure as condições necessárias à sua reprodução. (KUENZER,1995, p.77,78)

A intenção é desmobilizar os operários politicamente, assim, ele vai sendo educado para executar, obedecer sem discutir e cumprir eficientemente a parte que lhe cabe no processo coletivo de produção. Ainda, para continuar assegurando o monopólio das decisões faz-se necessário o controle do acesso ao saber, valorizando o saber teórico, científico, adquirido de forma sistematizada através de cursos, sobre o saber prático, adquirido com a experiência de forma assistemática e muitas vezes fragmentada.

O trabalhador percebe que os cargos que carecem de tomada de decisões e criação exigem pessoal com maior qualificação para ocupá-los, ou seja, domínio de um saber teórico, e que conseqüentemente assegura melhor remuneração. Dessa forma, o individuo vê na qualificação, principalmente na educação formal e em cursos profissionalizantes a possibilidade de ascender socialmente. O capital, portanto, procura de todas as formas controlar o acesso ao saber em sua totalidade e quando permite o acesso, é oferecido um saber voltado para o atendimento das

expectativas do mercado, pois entende que o saber desenvolvido pelo operário pode ter caráter revolucionário.

Sob tais circunstâncias, a educação tem sido, de um lado, exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas e, de outro, especialmente em países como o nosso, profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença a uma sociedade afluyente. (FERRETI, 2002)

A educação pode apresentar-se como espaço de reprodução do sistema vigente ou de resistência e superação deste, nela estão evidentes interesses antagônicos, constituindo-se assim em palco da luta de classes. Diante da organização social atual a educação tem servido de instrumento de propagação e manutenção do sistema capitalista e conseqüentemente do afastamento entre a classe dominante, inclusive da produção intelectual e da classe trabalhadora, detentora da sua força de trabalho e que para sua sobrevivência coloca a disposição do mercado.

Esse sistema que se revela no momento neoliberal, com sua ideologia a qual se utiliza de manobras e artifícios para justificar a exploração e a desigualdade social como forma de manter a sociedade de classes faz uso de políticas assistencialistas e imediatistas que não tratam os problemas sociais na base e sim na superficialidade. A educação nesse contexto é vista como direito que deve ser assegurado a todos os indivíduos fazendo dele cidadãos, contudo a idéia de cidadania que está implícita é a de uma formação de indivíduos que continuem a manter a sociedade do mesmo jeito, contentando-se em receber algum benefício que lhe assegure uma ascensão social, que não acessível a todos nesta sociedade desigual e excludente.

Entretanto, diante das contradições do capitalismo, é possível pensar uma educação que promova a emancipação humana e dessa forma o desenvolvimento completo dos indivíduos em suas potencialidades, permitindo a todos o acesso aos benefícios sociais e a continuidade de transformação do homem, sem que a base das relações seja a exploração do homem pelo homem. A partir da análise da lógica

capitalista, pode-se inferir que não será possível implementar esse ideal sobre a base de uma sociedade regida pelo capital. Alguns pensadores, que deixaram registradas suas considerações acerca desta questão serão expostos no capítulo posterior.

### **3 A EDUCAÇÃO ENTRE A CIDADANIA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Ainda sob o contexto de uma sociabilidade capitalista, será exposta a partir de então, a função social da educação nesta sociedade, se para reprodução da ordem social vigente, na perspectiva de cidadania ou superação desta ordem pela emancipação humana.

Ivo Tonet (2007, p.75), acerca da natureza e função social da educação, num sentido extremamente amplo, diz, “cabe a ela, [...], a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano.” Entretanto, ao longo da história do homem ela vai configurando-se de acordo com as demandas sociais vigentes.

Para melhor compreensão da relação que se pretende tecer entre educação, cidadania e emancipação humana, será necessário, mais uma vez, fazer-se uma retrospectiva histórica acerca dos termos em questão. Como a trajetória da educação já foi exposta no primeiro capítulo, serão evidenciados, respectivamente, os outros dois termos citados.

#### **3.1 Cidadania**

A origem da palavra cidadania vem do latim “*civitas*”, que quer dizer cidade, termo que surge na Grécia clássica, atrelado a noção de direitos políticos. A cidade ou pólis grega era composta por homens livres, com participação política contínua, numa considerada democracia direta, na qual o conjunto de suas vidas e coletividade era debatido em função de direitos e deveres.

Entretanto, nem todos os indivíduos citadinos poderiam ser considerados cidadãos, mas os que possuíam riqueza material e eram proprietários de terras. Desta forma, na Grécia, as mulheres, os estrangeiros, os comerciantes, os artesões

e os escravos não eram considerados cidadãos.

Em Roma, em princípio, somente os patrícios, indivíduos pertencentes à classe nobre, eram tidos como cidadãos com plenos direitos, uma vez que, ao se constituírem numa oligarquia rural, mantinham o monopólio de cargos públicos e mesmo dos religiosos. O exercício da cidadania grega e romana se dava no espaço público, nas áreas de interesses coletivos, embora essa coletividade não abrangesse todos os indivíduos.

Posteriormente, no período correspondente à Idade Média, com advento do modo de produção feudal, a cidadania teve dificuldades para existir, havendo inúmeros aspectos de ordem social, econômico e cultural que inviabilizaram a sua existência. Como já retratado no primeiro capítulo, a sociedade feudal era organizada a partir do pensamento religioso, desse modo, o cristianismo exerceu grande influência no modo de ser medieval,

O cristianismo alterou menos do que se poderia pensar as formas da educação antiga, se considerarmos as novas convicções de que ele era portador. Sem dúvida, com suas idéias de filiação divina de todos os homens e, por conseguinte, de fraternidade universal, ele deveria contribuir para libertar pouco a pouco o homem dos estreitos vínculos que o prendiam aos grupos humanos da cidade, da nação ou da raça. Dava à pessoa humana um valor sagrado, que a colocava, num certo sentido, acima do Estado e de todos os poderes sociais. De acordo com sua doutrina, já não se tratava de formar somente o cidadão para a cidade ou para a pátria, mas para si mesmo e para Deus. (GAL, 1989, p.39)

Sendo assim, era inquestionável o exercício do poder por parte do Rei e do clero, uma vez que este era legitimado por Deus, favorecendo a concretização de interesses de uma minoria. Aliado a isto, a hierarquia existente no mundo feudal, também confiscou a cidadania a partir do momento que a igualdade não existia, nem como princípio, muito menos na prática. Verifica-se que a vida na sociedade feudal tinha um caráter privado, ou seja, se desenrolava no interior de cada feudo, já que nessa unidade buscava-se produzir todos os elementos necessários à sobrevivência. Desse modo, sem espaço público a cidadania se fazia ausente.

O surgimento do Renascimento ocorre paralelamente ao desenvolvimento de atividades comerciais nas cidades independentes, como Florença, Veneza, Milão entre outras. Neste período, houve um profundo questionamento à valorização do

universo teológico tão cultuado pelos medievais, recuperando-se a cultura greco-romana. A idéia em relação à cidadania foi retomada e, concomitantemente, iniciou-se a construção da concepção moderna de cidadania, que se exprimiu a partir das revoluções burguesas, a exemplo a Revolução Inglesa do século XVII e Revolução Francesa do século XVIII.

Nesta perspectiva, o cidadão, do período renascentista, era aquele que possuía o direito de decidir sobre as questões da cidade-estado. Tal direito não se estendia a todos os indivíduos, ou seja, a cidadania continuava sendo um privilégio dos membros da elite dominante.

O Renascimento retratou a visão burguesa, que iria repercutir na moderna concepção a respeito do homem. Com a cultura burguesa, houve uma valorização do indivíduo, o chamado individualismo, Deus deixou de estar no centro das motivações culturais para dar espaço ao homem, isto é, a visão predominante passou a ser antropocêntrica.

O chamado Estado Absolutista surge da consolidação dos Estados Nacionais, marcado pela forte centralização do poder nas mãos do monarca que chegava a se confundir com o próprio Estado.

Destarte, nos primórdios do capitalismo não havia um poder estatal forte o suficiente para se viabilizar inúmeras transações comerciais. Por isso, por volta do século XV surgiu o Estado-Absolutista (Absolutismo Monárquico), que foi fruto da aliança entre o rei (monarquia) e a burguesia, e crucial para o desenvolvimento do comércio: criou-se uma moeda para as transações comerciais, regras jurídicas, um corpo de funcionários para executar inúmeras tarefas de ordem pública, como policiamento, melhoria de sistema viário entre outras medidas. Toda esta atuação do Estado Absoluto fora financiada com os recursos da classe burguesa, que pode implementar, através do Estado, os seus interesses. (LUIZ, 2007, p.96)

No absolutismo há muito mais dificuldades para a existência de cidadania do que possibilidades para torná-la real. Neste momento, a burguesia procurou criar mecanismos para que pudesse ter acesso ao poder político, já que a mesma financiava economicamente o Estado Absolutista. É nesse contexto que eclodiu a Revolução Inglesa (Revolução Gloriosa) de 1640 até 1688, visando a conquista do poder político do Estado pelos burgueses e a Revolução Francesa, de 1789, que



teve, de modo geral, como objetivo principal a tomada do poder político pela burguesia, instituindo outro modelo de Estado: o Estado liberal.

A cidadania surgida na Europa, no século XVIII, com a Revolução Francesa, priorizava os chamados direitos civis (ou direitos naturais). Um dos primeiros sinais para a instauração da democracia burguesa foi a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, a primeira em (1789), estavam em sintonia com os princípios e interesses burgueses, a saber, o individualismo, a igualdade e a liberdade.

Em fins do século XIX, na Europa, a cidadania passava a conter os chamados direitos políticos, favorecendo a organização sindical ou partidária.

Sabemos que os direitos políticos eram freqüentemente negados para a grande maioria dos trabalhadores, à medida que o direito ao voto era facultado apenas aos proprietários. Os sindicatos, nos governos liberais, eram proibidos e os partidos de massa não legalizados. Desta forma, os direitos políticos eram o resultado de incessantes lutas das classes trabalhadoras. (LUIZ, 2007, p.97)

A terceira esfera dos direitos da cidadania diz respeito aos direitos sociais, que são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade, esses foram legalmente garantidos na Europa no século XX, dando origem ao Estado do Bem Estar Social a partir do avanço das mobilizações operárias, do perigo do socialismo e pela crise do sistema capitalista que o Estado Liberal começava a enfrentar. Dessa forma, uma das estratégias utilizadas pela classe dominante, para minimizar os impactos de tais mobilizações, foi a concessão de alguns benefícios sociais, à classe trabalhadora.

Após a Segunda Guerra mundial, além da marcante presença do Estado do Bem Estar Social, houve uma substancial multiplicação concernente aos direitos, que certamente iriam ecoar na concepção referente à cidadania. Os movimentos sociais também marcaram presença nas lutas por garantia de direitos,

Os novos movimentos sociais procuram focar novos temas, fazendo com que a cidadania tenha novos contornos: questões ligadas ao meio-ambiente; contra o racismo, questões de gênero; a favor da paz, entre outros. Ademais, há ainda os movimentos populares que têm como pauta enfoques tradicionais atinentes à sobrevivência material, juntamente com

àquelas que procuram melhorar a qualidade de vida: educação, habitação, terra e muito mais. (LUIZ, 2007, p.99)

Desta forma, seria imprescindível para a existência da cidadania, a igualdade de fato, para a grande maioria da população, materializada no efetivo acesso à riqueza, material e imaterial, produzida pela sociedade. Contudo,

Sabemos que, numa sociedade capitalista, há limites para a atuação do Estado no sentido de se garantir a cidadania plena. Em outras palavras, há diversos obstáculos, inerentes às desigualdades sociais, emanados da estrutura do sistema capitalista, que impedem a realização da cidadania. Estas desigualdades não se limitam a iniquidades apenas de cunho econômico. Juntamente com elas, emergem uma gama de outros elementos que obstaculizam a existência de cidadania: inacessibilidade à educação formal, ao direito à moradia, ao direito à saúde, existência de discriminação e preconceito aos segmentos menos favorecidos, entre outros. Por outro lado, as disparidades sociais construídas pelo capitalismo, estão intrinsecamente ligadas à determinada atuação do Estado, que apenas ideologicamente se coloca acima das classes sociais visando o interesse geral, isto é, através de inúmeros mecanismos (aparato jurídico, monopólio da força, implementando infra-estrutura, políticas econômicas etc.) o Estado pode atuar prioritariamente no sentido de viabilizar a reprodução do capital, tendo por corolário a exclusão social e, por conseguinte, a negação de cidadania. (LUIZ, 2007, p.101)

Todos os Estados, entretanto, em uma sociabilidade capitalista são vulneráveis ao processo de globalização, principalmente pelo poder econômico do capital financeiro. Assim, muitos países, principalmente os chamados de Terceiro Mundo, não têm uma total soberania, ficando a mercê dos especuladores e dos organismos internacionais, como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), que condicionam determinadas políticas internas. A atuação destes se mostra também na esfera da educação, através de financiamentos a programas ditos educativos de caráter assistencialistas e imediatistas.

Tal fato é um risco à democracia, prejudicando a cidadania, ou seja, quem estabelece o poder de mando não são necessariamente os governantes eleitos democraticamente, mas sim, os membros ou representantes do capital financeiro.

A globalização ainda causa impactos tais como o desemprego, a degradação das relações de trabalho com a terceirização, que não garante direitos sociais trabalhistas; com o trabalho informal, que cresceu expressivamente na década de

1990 em função do aumento do desemprego; e com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, afetam profundamente a noção de cidadania.

A cidadania então mostra as suas limitações, no que se refere à promoção de liberdade, igualdade e pleno desenvolvimento humano, uma vez que os ideais, por ela declarados, coadunam com a lógica de organização social do sistema capitalista, se circunscreve nos limites dos direitos e deveres. Convém destacar a conquista de vários direitos de natureza civil, políticos e sociais, entretanto, as conquistas desses direitos não eliminaram, nem tampouco reduziram as desigualdades sociais, não humanizaram a face perversa do capital. A defesa da cidadania implica na manutenção da sociabilidade capitalista.

### **3.2. Emancipação Humana**

Diante das limitações observadas na cidadania, no intuito de garantir plena liberdade e igualdade aos homens, formalmente, serão apresentadas algumas considerações, majoritariamente do Professor Ivo Tonet, extraídos de livros e artigos publicados pelo mesmo, acerca da proposta de emancipação humana. O autor baseia seu estudo nas obras de Karl Marx, e afirma que,

quando se fala em fazer uma crítica da cidadania, pensa-se logo — sob influência da postura que predominou na tradição marxista — em um processo de desqualificação, de denúncia da cidadania como sendo algo direta e imediatamente subordinado aos interesses da burguesia e, portanto, nocivo para a classe trabalhadora. Criticar seria, portanto, expor o caráter interesseiro, perverso e anti-popular do conjunto de objetivações que constituem a cidadania.[...]Para Marx, contudo, crítica não tem um sentido depreciativo e nem sequer um sentido apenas lógico ou epistemológico.[...]crítica, significa, para ele, o exame da lógica do processo social — levando sempre em conta que é um produto da atividade humana — de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, seus aspectos positivos e negativos, suas possibilidades e limites, tendo sempre como parâmetro os lineamentos mais gerais e essenciais do processo social como um processo de autoconstrução humana. E, na medida em que as teorias são parte integrante deste movimento, criticá-las significa verificar em que medida elas são capazes de captar a natureza daquele processo e em que medida seus acertos, erros, lacunas, etc., são expressão de interesses sociais em jogo. Quando, portanto, falamos em crítica da cidadania, no sentido marxiano, é a isto que nos estamos referindo e não à simples desqualificação e denúncia ou ao exame lógico e/ou epistemológico de qualquer teoria a respeito dela. (TONET, 2005,p.89)

Como afirmado anteriormente, não será aqui desprezado o esforço pela conquista e estabelecimento da cidadania como forma de melhor organização das relações sociais entre os homens em seu processo histórico, mas será feita a constatação a partir da situação sócio-econômica atual, da necessidade de uma alternativa que, de fato, permita aos homens vivenciarem uma nova sociabilidade, que não a regida pelo capital e seus mecanismos de reprodução através da exploração.

As desigualdades sociais presenciadas atualmente teriam sido o resultado do próprio desdobramento da igualdade e da liberdade naturais, tão difundidas pela burguesia liberal. A busca pela realização pessoal, conseqüência da própria liberdade de todos, faria com que os indivíduos se chocassem, inevitavelmente, entre si, dando origem a diversas formas de conflitos. Sendo assim, a ausência de qualquer elemento inibidor, entre os indivíduos, tenderiam a agravar os conflitos, pondo em risco a própria sobrevivência humana. Por este motivo, os homens ter-se-iam visto obrigados a se organizar em sociedade e a instituir uma autoridade capaz de garantir que determinados limites não seriam ultrapassados. Nesse contexto surge o Estado, o Direito e outros elementos que procuram regular as relações entre os homens.

Para Marx, a cidadania faz parte do que ele chama de emancipação política, sendo assim, o caráter essencialmente negativo da política significa, apenas, que ela é uma expressão da alienação, e como tal, em última análise, um obstáculo à plena autoconstrução humana.

Entretanto, é possível verificar aspectos positivos na política, uma vez que a atuação da mesma, ao longo da história, impediu a própria destruição da humanidade e ainda, promoveu uma supressão da arbitrariedade no exercício do poder. É certo que mesmo a democracia mais aperfeiçoada continua sendo uma forma de opressão de classe. Contudo, como ressalta Tonet (2005,p.96)“há uma enorme e decisiva diferença em ser oprimido por um poder despótico, tirânico, arbitrário e um poder exercido democraticamente.” A política também favoreceu um

crescente progresso em direção à abertura de possibilidades, mesmo contraditórias de complexificação das individualidades e de realização de um número cada vez maior de pessoas, isto é, a autoconstrução da individualidade.

O professor Ivo Tonet (2005, p. 124) ainda afirma que “a emancipação política, por ser essencialmente limitada, não pode ser posta como objetivo último da humanidade, como patamar mais propício para a construção de uma sociedade livre, igual e fraterna.”

O projeto de emancipação política não seria, então, o último estágio que o homem poderia alcançar em sociedade, Marx propõe uma nova sociabilidade, baseada no trabalho associado, uma vez que, a categoria trabalho constitui-se elemento fundante do ser social, e desse modo, qualquer proposta de mudança do atual sistema social implicaria na alteração do modo de produção vigente. Assim Tonet favorece o esclarecimento desse novo tipo de trabalho, citando Marx,

Com efeito, o reino da liberdade só começa ali onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coação de fins externos; situa-se, pois, por sua própria natureza, para além da órbita da produção material propriamente dita. Do mesmo modo que o selvagem tem que lutar com a natureza para satisfazer as suas necessidades, para buscar o sustento da sua vida e reproduzi-la, também o homem civilizado tem que fazer o mesmo sejam quais forem as formas sociais e os possíveis sistemas de produção. Na medida em que se desenvolve e se desenvolvem com ele as suas necessidades, amplia-se este reino da necessidade natural, mas ao mesmo tempo também se ampliam as forças produtivas que satisfazem aquelas necessidades. A liberdade, neste terreno, só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente este seu intercâmbio material com a natureza, coloquem-no sob o seu controle comum em vez de deixar-se dominar por ele como um poder cego e o realizem com o menor dispêndio possível de forças e nas condições mais adequadas e mais dignas de sua natureza humana. No entanto, com tudo isto, este continuará sempre sendo um reino da necessidade. Do outro lado de suas fronteiras começa o desdobrar-se das forças humanas considerado como fim em si, o verdadeiro reino da liberdade que, no entanto, só pode florescer tomando como base aquele reino da necessidade. A condição fundamental para ele é a redução da jornada de trabalho. (MARX, 1974, p.942 apud TONET, 2005, p.138,139)

Não é demonstrado pelos autores, até então citados, o esclarecimento detalhado acerca da nova sociabilidade, contudo isso não seria motivo suficiente para determinar o insucesso da proposta. “O próprio Marx, coerente com seu

método, dizia que não fazia sentido preocupar-se com esse tipo de questão. Isto porque, para ele, a história é o resultado do conjunto dos atos humanos singulares,” afirma Tonet (2005, p. 131) de modo que os resultados gerais serão sempre imprevisíveis. Mas é necessário delinear, o mais precisamente possível, o objetivo final e os parâmetros ontológicos que norteariam essa conquista.

Ainda sobre a questão do trabalho,

Haverá, entretanto, diferenças fundamentais entre este reino da necessidade (o trabalho) no capitalismo e no comunismo. No primeiro, é o produto que domina o produtor, que estabelece o fim a ser atingido (a reprodução do próprio capital), que lhe impõe as formas concretas do trabalho, as condições gerais e específicas da produção, o tipo de relações entre os homens e a forma de acesso aos bens produzidos. No segundo, é o produtor — agora necessariamente sob a forma de “produtores associados”, pois o eixo não é mais o indivíduo como “mônada isolada”, mas o gênero humano como expressão de uma força geral assumida conscientemente pelos indivíduos — que estabelece os fins (o atendimento das necessidades dos indivíduos) e busca as formas mais adequadas para atingi-los. Contudo, o fim maior não é simplesmente o atendimento das necessidades humanas, mas a própria autoconstrução do homem como um ser cada vez mais humano. Daí porque o próprio ato do trabalho tem que ser um ato que, embora ainda pertencendo ao “reino da necessidade”, seja o mais livre, o mais humano possível. (TONET, 2005, )

A questão da emancipação humana muito tem a ver com a esfera educacional e de forma relevante, com a atuação dos educadores. O imediatismo constitui um dos problemas mais sérios, que afeta a atividade de muitos educadores preocupados com a transformação da sociedade. Será necessário controlar os impulsos, uma vez que as mudanças não poderão continuar ocorrendo, como vem sendo feita até os dias atuais, de forma superficial. É imprescindível mexer com a estrutura do sistema vigente, e para tal é importante ter-se uma teoria norteadora.

Espera-se que a classe trabalhadora seja agente da mudança radical da organização social que aí está posta, mas ela não poderá suscitá-la sem que a mesma tenha se apropriado de um conhecimento crítico pela necessidade da superação das desigualdades sociais. A educação desta forma pode ser um instrumento que viabilize esse acesso, mas o que se tem presenciado atualmente é o oferecimento de uma educação excludente, fragmentada, que se preocupa apenas em preparar indivíduos para o mercado de trabalho.

É ocioso dizer que uma prática sem uma sólida teoria que a ilumine é uma atividade cega. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a luta das classes populares não depende da intervenção dos intelectuais. Elas lutarão

— bem ou mal; de uma forma ou de outra — pelo simples fato de que isto lhes é imposto pela sua situação objetiva. Acontece que esta mesma situação objetiva subtrai-lhes as condições para dedicar-se à elaboração teórica, ainda mais no nível exigido pela complexidade do atual processo social. A divisão do trabalho — que se pretende abolir, mas que neste momento exibe toda a sua força — impõe aos intelectuais a tarefa da elaboração teórica. E quanto maior for a qualidade desta elaboração, vale dizer, quanto mais ela permitir compreender o processo real, tanto maior será a colaboração que o intelectual prestará às classes populares. É, pois, falso pensar que o que garante o compromisso político do intelectual com as classes populares é uma decisão subjetiva ou o engajamento numa atividade prática. No caso do intelectual, o momento predominante — embora não único — que garante este compromisso, é a qualidade da sua produção teórica. Pois, de nada adianta àquelas classes que o intelectual exerça uma intensa atividade prática enquanto produz uma teoria medíocre. (TONET,2005,p.205)

Do ponto de vista da educação, as condições acima mencionadas possibilitariam a esta dar um salto de qualidade. Isto significaria a eliminação da divisão do trabalho em manual e intelectual; a possibilidade do acesso de todos os indivíduos à riqueza material e espiritual da humanidade e conseqüentemente a realização ampla de suas potencialidades e a formação harmoniosa da personalidade humana.

Contudo, o pleno desabrochar destas possibilidades é bloqueado e pervertido pelas relações sociais fundadas na propriedade privada. Vale dizer, a divisão social do trabalho é intensificada; o acesso à educação é cada vez mais dificultado; os próprios conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados; o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado. Disto tudo resulta uma formação dos indivíduos cada vez mais unilateral, deformada e empobrecida.

A crescente complexificação do ser social e a divisão da sociedade em classes deram origem à necessidade de um setor separado do conjunto da sociedade. Este se ocuparia da organização e da direção deste processo de apropriação do patrimônio comum por parte dos indivíduos de modo a não permitir que o controle escapasse das mãos das classes dominantes. Isto implica a realização de uma triagem, que já tem suas bases na organização da produção. É esta organização da produção — de formas diferentes em formas de produção diferentes — que determina quem tem acesso à educação, em que condições, (materiais e espirituais), quais os conteúdos, métodos etc.

Desde que a sociedade se dividiu em classes antagônicas, instalou-se uma contradição entre a aspiração de auto-realização cada vez maior de todos os indivíduos e as possibilidades postas pelas relações de propriedade privada, ou seja, instalou-se o desenvolvimento de alguns às custas da imensa maioria.

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o pólo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em conseqüência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador.

A formação do cidadão, pressuposto como homem livre sem mais, não pode ser este objetivo maior, uma vez que cidadania não é sinônimo de liberdade efetiva e plena. Este objetivo deveria ser a emancipação humana, pois ela propõe uma liberdade plena e porque, neste momento histórico, é não só uma possibilidade real, mas também uma necessidade imperiosa para a humanidade.

Aqui também é o campo onde mais pode e deve se fazer presente a criatividade de cada um. Pois, não existe um receituário, não há um modelo, não está pré-estabelecido o que seja uma atividade educativa emancipadora nas suas expressões cotidianas. Têm-se, hoje, apenas parâmetros gerais. De modo que é preciso criar. A importância da clareza quanto ao fim — ainda que ele mesmo precise ser constantemente reelaborado — está em que ele delinea os parâmetros que balizarão a atividade cotidiana. Não se trata, pois, de uma criatividade fundada meramente no sujeito. Certamente trata-se de uma atividade intensamente subjetiva, mas fundada em parâmetros gerais abstraídos da realidade objetiva. Em resumo: o domínio sólido a respeito do fim não garante uma atividade educativa emancipadora. Mas, a ausência dele muito contribui para o desnorreamento desta atividade. Contudo, o domínio amplo e aprofundado a respeito do fim que se quer atingir é apenas um dos momentos — da mais alta importância, sem dúvida — de que é preciso apropriar-se para conferir à ação educativa um caráter emancipador. (TONET, 2005, p.231)

Alguns requisitos são listados por Tonet, como necessários para conferir à atividade educativa um caráter emancipador, primeiro, o conhecimento, mais profundo e sólido possível da natureza do fim que se pretende atingir, no caso, a emancipação humana. O segundo seria a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares. O



conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação, constituiria o terceiro.

Um quarto requisito de uma prática educativa emancipadora estaria no domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber. Sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das ciências sociais e da filosofia. Enfatizando que de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a elas se tiver um saber medíocre. Pois, a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em de saber e de técnica produzidos até hoje. E finalmente, o quinto seria a articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.

Diante do exposto, é possível inferir que uma atividade educativa que pretenda favorecer a formação de homens e mulheres, realmente livres e sujeitos da sua história, deve ter como objetivo último a emancipação humana e não a cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta exposição que foi realizada a partir da consulta de alguns materiais bibliográficos e de outros suportes tais como filme e sites, não pretendeu em princípio, esgotar ou abordar todas as questões vinculadas ao tema proposto. Mesmo porque, para se chegar a conclusões bem fundamentadas, seria necessário empregar mais tempo aprofundando-se na questão proposta a partir das referências relacionadas ao assunto, estando elas, ou não, de acordo com as hipóteses iniciais à pesquisa.

Foram realizadas, ao longo dos capítulos, retomadas históricas, com o intuito de evidenciar a função social da educação nas sociedades humanas, desde as relações presentes na sociedade primitiva, na qual não havia divisão de classe até o surgimento das classes e com ela o advento do capitalismo. A partir do momento em que os homens dividem-se em classes, a educação passou a ter um caráter dual, distinguindo os ensinamentos a serem destinados às classes dominantes, para que as mesmas mantenham-se na sua posição de superioridade e a instrução oferecida a classe trabalhadora manterem-se subservientes ante mecanismos de exploração e alienação capitalistas.

As relações no interior do processo produtivo permitem perceber, o seu caráter educativo, ou seja, a educação sendo utilizada para a manutenção da divisão entre a proprietários dos meios de produção, isto é, a classe dominante, os dirigentes, tida como apta a ter acesso ao saber, a um conhecimento mais amplo e completo das coisas, enquanto aos trabalhadores é oferecida uma educação fragmentada, aligeirada, constituída de forma a tender as exigências do mercado.

O perfil da classe trabalhadora evidenciado neste trabalho caracteriza, de modo geral, o proletariado industrial, contudo a partir da morfologia do trabalho na sociedade capitalista, surgem os mais variados perfis de trabalhador, sejam eles industriais, prestadores de serviços, trabalhadores informais, enfim, pessoas que dependem do trabalho para viver. Apesar dessa variação, as relações a que estão submetidos esses trabalhadores no processo produtivo são as mesmas, pois a

lógica do capitalismo não muda, faz parte de sua essência reproduzir-se através das relações de exploração do homem pelo homem.

Entretanto, nota-se que as relações existentes na organização social sob os princípios do sistema capitalista produzem contradições, e é a partir delas que é possível perceber que o capitalismo não é indissolúvel, e que, portanto, há possibilidade de superá-lo.

A forma de organização da sociedade atual, o capitalismo, favorece problemas sócio-econômicos visíveis tais como: as desigualdades sociais refletidas pela grande diferença entre países ricos e pobres; fome, miséria, desemprego, aumento da violência, várias incidências de problemas de cunho psicológico, problemas ecológicos que vem sendo agravados com a poluição das águas e diversos recursos naturais essenciais à produção, além da extinção de animais, entre outras questões.

O capitalismo revela assim que o mesmo é causador de seus problemas, ou seja, ele promove a própria crise estrutural, todavia busca desenvolver estratégias para manter-se em vigor através de medidas imediatistas, assistencialistas e superficiais, uma delas abordada nesta pesquisa é a cidadania, como que se através dela fosse possível dissolver as conseqüências dos atos capitalistas, mantendo uma relação harmônica entre os homens.

Entretanto, desde o surgimento e implantação da cidadania, evidencia-se o seu caráter limitado e favorável à manutenção da desigualdade social. Embora propague a existência de direitos e deveres do cidadão para a promoção da igualdade entre os homens, ela tem permitido a continuidade da reprodução capitalista, que se expressa pela intensa exploração do trabalho humano, aprofundando o desemprego, a fome, a exclusão educacional e demais problemas sociais decorrentes das contradições das relações capitalistas.

Outra proposta de organização é a que visa a emancipação humana, a qual não poderá ser efetivada em um sociabilidade regida pelo capital. Mas anuncia que assim como os homens, ao longo da história construíram o modo de organização

social capitalista, eles também poderão desconstruí-lo. Contudo será necessário que a classe trabalhadora se aproprie do conhecimento, tenha acesso ao saber, para ter condições de lutar contra a permanência desse sistema. Sendo assim, seria possível considerar que a educação cumpre a função social de formar homens aptos a construir uma sociedade mais igualitária, de indivíduos livres para tomar decisões, que não apenas favoreça a si próprio mas contribua para desenvolvimento coletivo.

Embora a pesquisa realizada esteja delimitada na ideia de uma exposição teórica, é possível a partir da sua leitura, em especial por parte de educadores e educadoras, favorecer o entendimento da realidade e de seus determinantes explícitos e implícitos, cujo resultado não seja apenas uma mera compreensão, mas, um estímulo a adoção de práticas educativas que visem a formação integral do indivíduo, pela proposta da emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A classe trabalhadora ampliada. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**. Rio de Janeiro. Ano I, n.5, p.79, mai./jun.2009

Associação de Professores de História - APH. **A pirâmide feudal**: a vida cotidiana nas terras senhoriais. Lisboa. Disponível em <<http://www.aph.pt/recursos/>> Acesso em 6 jul.2009.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: **Educação e Cidadania**: quem educa o cidadão? BUFFA, Ester. ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paolo. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996, p.7-30

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo. Editora UNESP, 1999.p.75-120, 141-194.

FERRETI, Celso João. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? **Educação e Sociedade**. 2002, vol.23, n.81. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 06 jul.2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do capitalismo Real**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 40-52.

GAL, Roger. **História da Educação**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes. 1959. p.5-10,23-56. Universidade Hoje

JIMENEZ, Suzana Vasconcelos. Educação, cidadania e emancipação. **Educação e Sociedade**. 2007, vol.28, n.99. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 07 jul.2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 205p

\_\_\_\_\_ Exclusão Includente e Inclusão Excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: **Capitalismo, trabalho e educação**. Autores Associados, 3ª edição, Campinas, São Paulo, 2005.

LESSA, Sérgio. Trabalho e história. In: **Trabalho, Educação e formação humana**. Belmira Magalhães e Edna Bertoldo (orgs.), Maceió – AL, EDUFAL, PPGE/CEDU, 2005. In: Magalhães da teoria à prática. 14ª. Ed. Campinas: Papyrus, 2007. p. 83-99.

LUIZ, Lindomar Teixeira. A origem e evolução da cidadania. **Colloquium Humanarum**. vol.4,n.1, Jun 2007.Disponível em <revistas.unoeste.br/revistas> Acesso em 06 jul.2009.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972. p. 11-15, 33-69.

MACÁRIO, Eptácio. **O trabalhador de novo tipo para o capital**. In: **Trabalho, Educação e formação humana**. Belmira Magalhães e Edna Bertoldo (orgs.), Maceió – AL, EDUFAL, PPGE/CEDU, 2005.

MONROE, Paul. **História da Educação**. Tradução: Idel Becker. 12ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p.27-144

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. p.17 - 112.Coleção Educação Contemporânea.

**TEMPOS Modernos**. Direção: Charles Chaplin. Produção: Charles Chaplin Roteiro: Charles Chaplin. Intérpretes: Charles Chaplin, Paulette Goddard e outros. EUA, Continental Home Vídeo. Produção: 1936, Preto e Branco. 87 min. DVD.

TONET, Ivo. **Educação contra o Capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.93p

\_\_\_\_\_. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí, 2005. 251p. Coleção Fronteiras da Educação.